

Todos Pela Educação e Bolsonaro: a relação entre o Estado brasileiro e o Partido da Educação (2018-2021)

Todos Pela Educação and Bolsonaro: the relationship between the Brazilian State and the Education Party (2018-2021)

Lisia Cariello*

Resumo

Este trabalho busca fazer uma análise das relações entre o Todos Pela Educação (TPE) e o Estado brasileiro. Compreendendo o Estado a partir do léxico gramsciano, ou seja, de maneira ampliada, pretende-se verificar as aproximações e distanciamentos do movimento empresarial supracitado, analisado à luz de uma interpretação da categoria de partido em Gramsci. Para isso, situaremos historicamente o TPE e analisaremos a composição do Ministério da Educação (Ministros e Conselho Nacional de Educação) entre 2018 e 2021. Por fim, buscaremos levantar alguns elementos para analisar a atuação do Partido da Educação frente à pandemia de Covid-19. Constatamos que o Todos Pela Educação vem perdendo espaço dentro da sociedade política, para setores mais conservadores da sociedade, e tem “aproveitado” a pandemia para reforçar seu lugar de especialista em educação diante da opinião pública.

Palavras-chave: Educação; Estado; Todos Pela Educação.

Abstract

This research seeks to analyze the relationship between Todos Pela Educação and the Brazilian State. Understanding the State from the Gramscian lexicon, that is, in a broader way, it is intended to verify the approximations and distances of the aforementioned business movement, analyzed in the light of an interpretation of the Party category in Gramsci. To this end, we will historically situate the TPE and analyze the composition of the Ministry of Education (Ministers and National Education Council) between 2018 and 2021. Finally, we will seek to raise some elements to analyze the role of the Education Party in the face of the Covid-19 pandemic. We found that Todos Pela Educação has been losing space within the political society, giving space to more conservative sectors of society, and has “taken advantage” of the pandemic to reinforce its position as an education specialist in the eyes of public opinion.

Keywords: Education; State; Todos Pela Educação.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e graduada em História pela mesma instituição. Atualmente trabalha na rede privada de ensino.

Introdução

A relação entre empresários e educação no Brasil não é uma novidade histórica. Desde a institucionalização da educação pública, nos anos 1940, esta relação existe, materializada no chamado Sistema S, um conjunto de instituições responsáveis por formar força de trabalho, criado no bojo da estruturação de um Brasil urbano e industrial. Conforme Ventura (2011), a chamada Reforma Capanema de 1940¹, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), foi uma resposta do Estado brasileiro às demandas da classe trabalhadora. Entretanto, este conjunto de decretos baixados pelo então ministro da Educação e da Saúde reforçou um projeto dual de educação (um para a formação da força de trabalho manual e outro para a formação da força de trabalho intelectual), herdado desde o período imperial (Vieira; Farias, 2007).

Podemos dizer, então, que a educação brasileira tem alguns elementos estruturantes, dois deles enunciados anteriormente: i) a dualidade – formação de classe trabalhadora e formação de classes dominantes e ii) a relação íntima com os empresários. Mas, então, o que mudou? Qual a historicidade desta relação? A hipótese aqui sugerida é que havia uma permanência que começou a ser construída nos anos 1990 e que mudou após a eleição do atual presidente da República, Jair Bolsonaro (2018-).

Os anos 1990 aparecem com um marco, posto que, nesta década, foi realizada a reforma do Estado, flexibilizando a responsabilidade estatal e buscando incentivar a participação da “sociedade civil” / “terceiro setor” no combate à pobreza. É, pois, uma estratégia de educação do consenso para disciplinar as massas trabalhadoras, das quais vão sendo retirados os seus direitos (Fontes, 2010, p. 296). Aqui vale uma ponderação teórico-metodológica. O entendimento deste trabalho se afasta da concepção de sociedade civil como terceiro setor, isto é, como esfera apartada do Estado. Partimos da visão gramsciana de Estado que entende a sociedade civil como espaço de organização da vontade coletiva e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado (*Ibidem*, p. 133). Sendo, para Gramsci, a sociedade civil parte integrante do Estado juntamente como a sociedade política (organismos governamentais administrativos), esta

¹ Ficou conhecida como Reforma Capanema o conjunto de Decretos-lei baixados pelo então ministro da Educação de Getúlio Vargas, quais sejam: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial; Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional; Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal; Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC; Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola.

teoria-metodologia rejeita tanto o Estado como coisa quanto o Estado como sujeito.

Importante contribuição nesta direção fez o marxista grego Nicos Poulantzas em sua obra *O Estado, o poder e o socialismo* (2015). Para ele, o Estado é uma relação e, mais precisamente, uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes que se expressa no interior do Estado (Poulantzas, 2015, p. 130). Com isso, diz Poulantzas, procura-se evitar o pseudodilema enunciado no parágrafo anterior.

O Estado como *Coisa*: a velha concepção instrumentalista do Estado, instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única classe ou fração, caso em que nenhuma autonomia é reconhecida ao Estado. O Estado como *Sujeito*: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é submetida a sua vontade como instância racionalizante da sociedade civil (*Ibidem*, p. 131).

No sentido expresso por Gramsci e Poulantzas, o Estado é espaço de disputa, tanto entre classes como intra classe, o que significa rejeitar a ideia de terceiro setor, que carrega em si o caráter do Estado sujeito, já que a separação entre setores impede uma visão totalizante da sociedade.

Todos Pela Educação: algumas considerações

Todos Pela Educação, movimento de convocação para a participação direta do “terceiro setor”, está hoje, três décadas depois, consolidado. Os aparelhos privados de hegemonia (APHs), que na concepção gramsciana são organizações particulares organizadoras das vontades coletivas e, mais ainda, como enfatiza Fontes, vertebram a sociedade civil e disputam projetos de sociedade (Texier, 2017, p. 734)². Na área da educação, esta disputa é bastante evidente: Instituto Ayrton Senna, Fundação Bradesco, Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, apenas para citar alguns.

Entretanto, o Todos Pela Educação (TPE) significa o momento de aproximação entre projetos que podem estar em disputa. Para Gramsci, o Estado moderno capitalista torna-se educador à medida em que “substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dominante e dirigente, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos” (Gramsci, 2002, p. 139). É possível

² Para um aprofundamento sobre as possibilidades da utilização da categoria de aparelho privado de hegemonia na pesquisa histórica, conferir: HOEVELER, R. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, ano 4, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019.

extrair algumas interpretações de partido em Gramsci. Aqui nos interessa aquela em que partido é um representante de diferentes frações de classe – é preciso lembrar que há disputa para esta direção –, ou seja, um partido que encarne as necessidades de toda classe. É um momento, assim, de aproximação dos interesses diversos de frações diversas. Nesse sentido, é possível dizer que o Todos Pela Educação é o Partido da Educação, na medida em que organiza as classes dominantes que buscam dirigir a sociedade brasileira.

O Todos Pela Educação foi lançado em 2006 e congrega atualmente empresas como o Grupo Itaú, o Gerdau, o Pão de Açúcar, Organizações Globo, além de institutos e fundações ligadas ao empresariado, como o Instituto Ayrton Senna (IAS), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Ethos e o Grupo Abril (Martins; Krawczyk, 2018, p. 7).

Conforme demonstra Lamosa, o TPE evidencia sua capacidade de direção desde o início de sua história, posto que no ano seguinte de seu lançamento foi instituído o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) conjuntamente com o Plano de Metas Todos Pela Educação a partir do decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, no primeiro ano do segundo mandato de Lula, com o então ministro da Educação Fernando Haddad (Lamosa, 2017, p. 7). O PDE, além de assumir o *slogan* do movimento empresarial, assume também seus princípios e metas, o que, de acordo com Lamosa, está expresso ao longo das vinte e oito diretrizes propostas, que versam sobre a necessidade de novos mecanismos de regulação, sobre a gestão do trabalho escolar e a realização de parcerias com a sociedade civil, em um processo de responsabilização (*accountability*) de professores e gestores (*Ibidem*, p. 8).

Como dito pelo presidente executivo do Todos Pela Educação entre 2007 e 2010, Mozart Ramos, em entrevista ao Movimento Brasil Competitivo citada por Lamosa, o movimento conseguiu rápida adesão de prefeituras, Secretarias estaduais e municipais de Educação. Além disso, organizações como o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público (CNPGE), que reúne os 27 ministérios públicos estaduais, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) (MBC *apud* Lamosa, 2017, p. 8).

O trabalho de Martins e Krawczyk demonstra as estratégias de ação do Todos Pela Educação logo nos primeiros momentos de atuação: estabeleceu metas mensuráveis e consensuais (quem não é a favor de uma educação pública de qualidade?), organizou e publicou dados sobre educação pública, divulgou suas ideias nos principais meios de comunicação do Brasil e atuou junto aos governos na elaboração de políticas públicas

educacionais (Martins; Krawczyk, *Op.Cit.*, p. 7). Era preciso, de acordo com a avaliação do movimento empresarial, ir além da universalização da educação básica, era necessário promover uma educação pública de qualidade, do ponto de vista da competitividade internacional.

As autoras identificam também duas estratégias do Todos Pela Educação para interferir nas políticas educacionais brasileiras, colocando o sujeito coletivo como especialista da educação: organização em rede; e conhecimentos técnicos e comunicação. Conforme o estudo,

para garantir sua influência no Estado, os sócios fundadores do TPE atuam, simultaneamente, em vários espaços. Foi possível observar a constituição de uma rede informal composta por acionistas e diretores de empresas, membros de organizações do terceiro setor e da alta burocracia dos governos (Martins; Krawczyk, 2018, p. 10-11).

Assim, “a rede formada pelo TPE promove interações formais e informais entre atores privados e públicos com interesses interdependentes que usam espaços políticos para promover seus interesses políticos” (*Ibidem*, p. 12).

No que diz respeito à estratégia de produção e divulgação de conhecimentos técnicos, o TPE tem uma Comissão Técnica que:

produz e difunde documentos e vídeos, sistematiza experiências governamentais e de iniciativa privada consideradas bem sucedidas, monitora e divulga indicadores educacionais e resultados de avaliações estaduais e nacionais, sempre comparando a realidade nacional e internacional. A interlocução junto aos principais canais midiáticos do país foi viabilizada pela rede de contatos (empresários da mídia e profissionais da comunicação estão entre os membros do TPE) e pelo poder econômico representados no TPE (*Ibidem*, p. 13).

A integração do Todos Pela Educação ao Estado brasileiro é verificada desde sua fundação, quando, à época, o já citado Fernando Haddad era ministro da Educação e membro-fundador da entidade. Os membros-fundadores também ocuparam outros cargos nas seguintes instituições, como demonstram Martins e Krawczyk com informações atualizadas por esta pesquisa: a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, ocupada entre 2005 e 2009 por Reynaldo Fernandes e entre 2014 e 2016 por José Francisco Soares; José Henrique Paim foi presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entre 2004 e 2006 e ministro da educação entre 2014 e 2015, no segundo governo Dilma; Ricardo Henriques foi secretário executivo do Ministério de Desenvolvimento Social em 2003; Marcelo Côrtes

Neri, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre 2012 e 2014, e ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República entre 2013 e 2015; Ricardo Kotscho, ex-secretário de Imprensa da Presidência da República (2003-2004).

Todos Pela Educação e eleições presidenciais de 2018

Em 2018, em clima eleitoral, foram verificadas duas importantes ações do TPE: a aproximação com os presidentiáveis da época e o lançamento do documento *Educação já!*. Em agosto daquele ano, juntamente com o jornal Folha de São Paulo, o TPE promoveu os *Diálogos #EducaçãoJá!*, entrevistas sobre a educação básica com os principais candidatos. De acordo com o site do movimento, Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (REDE), Geraldo Alkmin (PSDB) e Fernando Haddad (PT) foram sabatinados e, na mesma notícia, mencionam que Jair Bolsonaro e Álvaro Dias não haviam definido data para participação (Todos Pela Educação, 2018a). Procuramos registros sobre a participação de Bolsonaro na iniciativa e não os encontramos. Às vésperas do segundo turno disputado entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), a BBC Brasil publicou longa reportagem onde Priscila Cruz e Claudia Costin, ambas associadas ao Todos Pela Educação, fazem um balanço dos dois planos de governo em disputa (Passarinho, 2018)³. Sem declarar apoio direto a nenhum dos dois candidatos, Cruz analisa:

O Haddad, pela experiência de sete anos como ministro da educação, domina mais essa área. O programa dele, mesmo não tendo detalhamento, está na direção de melhorar o patamar da educação. O programa do Bolsonaro vai mais na direção do tipo de educação que o Brasil deveria ter e menos no que deve ser feito para melhorar a qualidade, ao defender a disciplina militar, um foco em ter mais português, matemática e ciência, sem educação sexual. Há uma diferença fundamental de como o valor educação está colocado para cada um (Passarinho, 2018, s/p.).

Se, por um lado, a educação para Haddad está alinhada à concepção do Todos Pela Educação, o programa – e as falas – de Bolsonaro expressam outras preocupações, mais próximas às pautas conservadoras: fim da “doutrinação” nas escolas e “sem sexualização precoce” (Bolsonaro, 2018).

A iniciativa *EducaçãoJá!* do TPE foi lançada em 2018 com o objetivo principal de “subsidiar o poder público com diagnósticos detalhados e soluções con-

³ O Todos já havia feito um levantamento de como a educação estava sendo tratada nos 13 planos de governo dos presidentiáveis (Todos Pela Educação, 2018b).

cretas em sete temas estruturantes” (Todos Pela Educação, s/d). Com sete recomendações nas áreas de governança e gestão; financiamento; Base Nacional Comum Curricular; professor; primeira infância; alfabetização; e ensino médio e sugestões de políticas públicas para a educação básica no Brasil entre 2019 e 2022. A proposta “suprapartidária” do Partido da Educação foi apresentada aos então candidatos João Amoedo, Haddad, Silva e Alckmin e ao coordenador de campanha de Bolsonaro, Paulo Guedes, para que usassem o estudo na elaboração dos programas de governo “e que, o então eleito, pudesse ter em mãos, ao assumir o governo, um conjunto de propostas que pode fazer o País dar um salto de qualidade e equidade na Educação Básica Pública” (Todos Pela Educação, 2020).

A organicidade do Todos Pela Educação pode ser verificada, porque, mesmo diante da eleição de um candidato de fora da organização, os nomes de Viviane Senna, fundadora do TPE e presidente do Instituto Ayrton Senna, e de Mozart Ramos, membro do Todos e do IAS, foram ventilados para assunção do Ministério da Educação (MEC) logo após a eleição de Bolsonaro. Ramos chegou a ser convidado, mas, por não ser alinhado ao Escola Sem Partido, uma das bandeiras de Bolsonaro em sua eleição, a bancada evangélica reagiu ao nome. O presidente eleito, nomeou, por fim, Ricardo Vélez Rodríguez, que ficou no cargo por apenas três meses (ESCOLHA, 2018).

Mesmo sem abocanhar o Ministério da Educação, o TPE segue sua atuação por dentro do Estado no governo Bolsonaro. Analisemos, a partir de agora, as composições do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2018 até 2021.

Todos Pela Educação no Conselho Nacional de Educação (2018-2021)

O Conselho Nacional de Educação (CNE) é um órgão consultivo associado ao MEC responsável por formular e avaliar a política nacional, emitir pareceres, estudos e pesquisas. O que é discutido no CNE deve ser aprovado pelo Legislativo ou pelo próprio Ministério da Educação. De acordo com o site do MEC, o CNE é composto por: presidente, conselho pleno (Câmara de Educação Superior e Câmara de Educação Básica) e secretaria executiva (Ministério da Educação, s/d.). Cada câmara é composta por onze conselheiros além de contar com dois membros natos (escolhidos pelo Presidente da República), os secretários da Educação Básica e da Educação Superior do MEC, os quais ocupam essa cadeira somente no período em que estão à frente das secretarias. O tempo de mandato dos conselheiros é de quatro anos, e do presidente de dois anos (Ministério da Educação, s/d). De maneira geral, a presidência do CNE é alternada entre membros de cada câmara.

Maria Helena Guimarães de Castro, membro do comitê técnico do Todos Pela Educação e figura conhecida na área da educação, assumiu o cargo de Pre-

sidente do órgão em sete de outubro de 2020⁴. Foi ela que, junto do ex-ministro Paulo Renato Souza, implementou o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e criou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no governo Fernando Henrique Cardoso. De acordo com a Agência Brasil, Castro também já ocupou os cargos de secretária-executiva do MEC durante a gestão de Mendonça Filho (2016 a 2018) e presidiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (Nascimento, 2020). O antecessor de Maria Helena Guimarães de Castro é Luiz Roberto Liza Curi.

Quadro 1 – Composição CNE 2018-2020	
Cargo	Membros
Presidente do CNE	Luiz Roberto Liza Curi
Câmara de Educação Básica	
Presidente	Ivan Cláudio Pereira Siqueira
Vice-presidente	Nilma Santos Fontanive
Membro nato	Kátia Cristina Stocco Smole
Conselheiros	Alessio Costa Lima; Aurina de Oliveira Santana; Eduardo Deschamps; Gersem José dos Santos Luciano; José Francisco Soares; Maria Helena Guimarães de Castro; Mozart Neves Ramos; Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti; Suely Melo de Castro Menezes
Câmara de Educação Superior	
Presidente	Antonio de Araújo Freitas Júnior
Vice-presidente	Joaquim José Soares Neto
Membro nato	Monteiro Vieira Braga Barone
Conselheiros	Antonio Carbonari Netto; Francisco César de Sá Barreto; José Loureiro Lopes; Luiz Roberto Liza Curi; Marco Antonio Marques da Silva; Maurício Eliseu Costa Romão; Paulo; Robson Maia Lins; Sérgio de Almeida Bruni; Yugo Okida

Quadro 1 Elaboração da autora com informações retiradas de (Movimento pela base, 2018). Os membros do CNE marcados com negrito nos quadros são, também, membros do Todos Pela Educação.

⁴ Currículo completo disponível em: <<https://www.nepp.unicamp.br/pesquisador/13/maria-helena-guimaraes-de-castro>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

Quadro 2 – Composição CNE 2020-2021	
Cargo	Membros
Presidente do CNE	Maria Helena Guimarães de Castro
Câmara de Educação Básica	
Presidente	Suely Melo de Castro Menezes
Vice-presidente	Amábilé Aparecida Pacios
Membro nato	Mauro Luiz Rabelo
Conselheiros	Augusto Buchweitz; Fernando Cesar Capovilla; Gabriel Giannattasio; Ivan Cláudio Pereira Siqueira; Maria Helena Guimarães de Castro; Mauro Luiz Rabelo; Mozart Neves Ramos; Tiago Tondinelli; Valseni José Pereira Braga; Wiliam Ferreira da Cunha
Câmara de Educação Superior	
Presidente	Joaquim José Soares Neto
Vice-presidente	Marilia Ancona Lopez
Membro nato	Wagner Vilas Boas de Souza
Conselheiros	Alysson Massote Carvalho; Anderson Luiz Bezerra da Silveira; Aristides Cimadon; José Barroso Filho; Luiz Roberto Liza Curi; Marco Antonio Marques da Silva; Maurício Eliseu Costa Romão; Robson Maia Lins; Sérgio de Almeida Bruni

Quadro 2 Elaboração da autora com informações retiradas de (BRASIL, Ministério da Educação, 2016).

Uma análise comparativa entre os dois quadros permite dizer que há nove conselheiros que permanecem desde o mandato anterior, correspondendo que 75% do total dos membros não foram modificados: Ivan Cláudio Pereira Siqueira, Joaquim José Soares Neto, Luiz Roberto Liza Curi, Maria Helena Guimarães de Castro, Maurício Eliseu Costa Romão, Mozart Neves Ramos, Robson Maia Lins, Sérgio de Almeida Bruni e Suely Melo de Castro Menezes. Dois deles são membros do Todos Pela Educação: Maria Helena Guimarães de Castro e Mozart Ramos. Ao levar novos nomes ao Conselho, Bolsonaro excluiu entidades que historicamente compunham o CNE como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) que, em conjunto, lançaram uma nota manifestando repúdio aos critérios do governo para compor o órgão consultivo:

O Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que até a formação atual tinham vagas no Conselho Nacional de Educação, vêm a público repu-

diar os critérios utilizados pelo Governo Federal para a nova composição do CNE. Ignorar as indicações das instituições responsáveis pela gestão dos sistemas públicos de educação e desconsiderar as representações de 27 redes estaduais e 5.568 redes municipais vai na contramão da instituição do Sistema Nacional de Educação (CONSED/UNDIME, 2020).

Ainda que haja necessidade de pesquisas visando aprofundar o caráter e a atuação das duas entidades, é possível indicar que elas são parceiras do Todos Pela Educação, posto que há intercâmbio de participação em eventos das três entidades e discussão sobre pontos como financiamento da educação, sistema nacional de educação, entre outros.

No Quadro 1, cinco pessoas eram abertamente membros do TPE, além dos dois já citados, Nilma Santos Fontanive, José Francisco Soares; Kátia Cristina Stocco Smole. Pudemos investigar, também, que Alessio Costa Lima e Eduardo Deschamps, mesmo sem serem membros efetivos do TPE, participavam de iniciativas do Partido da Educação (Todos Pela Educação, 2016; 2020d). A diminuição da quantidade de membros do Todos vem acompanhada de uma renovação do CNE que expressa uma guinada à extrema-direita do governo Bolsonaro. Podemos citar, à guisa de exemplos: Tiago Tondinelli, que foi chefe de gabinete do ex-ministro da pasta de Educação Ricardo Vélez Rodríguez, além de aluno de Olavo de Carvalho; Gabriel Giannattasio, professor associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que pesquisa o tema da diversidade ideológica nas universidades, chegando a convidar para palestrar em eventos na universidade ao “guru” de Bolsonaro, Olavo de Carvalho; e Amabile Aparecida Pacios de Andrade, defensora do Escola Sem Partido (Moura; Mariz, 2020). Entretanto, vale dizer que as agendas conservadoras e do TPE não são necessariamente excludentes, posto que ambos defendem, por exemplo, a parceria público-privada e a chamada meritocracia, mas divergem quando o tema é educação domiciliar e Escola Sem Partido^{5 6}.

Todos Pela Educação e a pandemia de Covid-19

Sem o Ministério da Educação e perdendo força dentro do Conselho Nacio-

⁵ A Frente Parlamentar Evangélica redigiu, em 2018, um “Manifesto à Nação” para explicitar o projeto que, segundo eles, guia a legislatura 2018-2022. O documento está disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>>. Acesso em 29 de dez. de 2021.

⁶ Declarações publicadas pelo TPE ou dadas por seus representantes sobre os temas podem ser vistas em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/sobre-educacao-domiciliar/>>; <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2018/12/15/escola-sem-partido-como-projeto-para-o-bem-ou-mal-ja-impacta-a-educacao.htm>>. Acesso em 29 de dez. de 2021.

nal de Educação, o TPE buscou, ao longo da pandemia de Covid-19, reforçar sua estratégia de reivindicar para si a responsabilidade sobre o projeto de educação básica do Brasil (Herdade, 2020). Colocou-se, então, como um dos principais articuladores sobre como conduzir a educação na pandemia e no pós-pandemia e, conforme demonstrado por Herdade, sistematizou discussões presentes em duas notas técnicas. A primeira, de abril de 2020, intitulada *Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da covid-19: análise e visão do Todos Pela Educação sobre a adoção de estratégias de ensino remoto frente ao cenário de suspensão provisória das aulas presenciais*, e a segunda, de maio do mesmo ano, *O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia covid-19: Contribuições do Todos Pela Educação para qualificar o debate público e apoiar os gestores frente ao futuro processo de reabertura das escolas*. A primeira nota, sem deixar de vislumbrar o retorno presencial, defende o ensino remoto como forma de minimizar os impactos negativos da pandemia para a educação e se estrutura a partir de quatro diretrizes:

Frente ao atual momento, soluções de ensino remoto podem contribuir e devem ser implementadas. Mas, considerando seu efeito limitado, é preciso cuidadosa normatização e, desde já, atenção ao planejamento de volta às aulas...Uma estratégia consistente para o ensino remoto é aquela que busca mitigar as condições heterogêneas de acesso e os diferentes efeitos de soluções a distância em função do desempenho prévio dos estudantes...Ensino remoto não é sinônimo de aula online. Há diferentes maneiras de estimular a aprendizagem a distância e, se bem estruturadas, atividades educacionais podem cumprir mais do que uma função puramente acadêmica...Mesmo a distância, atuação dos professores é central (Todos Pela Educação, 2020a, p. 5).

A segunda nota acrescenta as seguintes diretrizes:

As escolas irão se deparar com desafios que só poderão ser enfrentados com o apoio de outras áreas...Não será uma retomada de onde paramos – o retorno exigirá um plano de ações em diversas frentes e demandará intensa articulação e contextualização local...As respostas ao momento atual podem dar impulso a mudanças positivas e duradouras nos sistemas educacionais (Todos Pela Educação, 2020b, p. 2).

Tratando de diversos temas, tais como impactos emocionais nos estudantes e nos profissionais de educação, evasão escolar, retorno gradual com precauções com saúde, avaliação diagnóstica, etc., chama atenção a terceira mensagem, principalmente o seu desdobramento relacionado à tecnologia como aliado, in-

clusive no pós-pandemia. Isso porque foi lançado, em meio à pandemia, a Coalizão Global de Educação, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO). Seu objetivo é de propulsionar, no curto prazo, a utilização de tecnologias de aprendizagem remota (por meio da concessão de serviços gratuitos durante o período da pandemia) e, no longo prazo, consolidar o uso de tecnologias de educação nos sistemas regulares de ensino (Colemarx, 2020, p. 13).

Além dos dois documentos citados por Herdade (2020), identificamos um terceiro, lançado em dezembro de 2020 com foco nas escolas municipais. O *Educação Já Municípios*: recomendações para o plano de reabertura das escolas nas novas gestões municipais, busca atingir os prefeitos eleitos nas eleições realizadas em novembro de 2020 para o executivo municipal. Abordando os principais impactos da pandemia na educação básica, do ponto de vista do Todo Pela Educação, o encarte traz 25 medidas para “um retorno adequado” a partir de três eixos: 1) retorno seguro às atividades presenciais, que “apresenta medidas necessárias para que a reabertura das escolas seja segura do ponto de vista da saúde pública, construídas com base em recomendações de organizações especializadas na área” (Todos Pela Educação, 2020c, p.10); 2) atendimento a todos que “trata de ações para que todas as crianças e os jovens estejam no sistema educacional, recebendo o suporte social e emocional adequado (*Ibidem*); 3) organização pedagógica em prol da aprendizagem que “aborda questões relacionadas aos elementos pedagógicos que terão que ser desenhados ou redesenhados para garantir que todos os alunos tenham acesso aos seus direitos de aprendizagem” (*Ibidem*).

Outra iniciativa dentro da estratégia supracitada foi o projeto *Educação que dá certo*, lançado em outubro de 2020 para, de acordo com o site do TPE, mapear, analisar e compartilhar políticas públicas adotadas por diferentes redes de ensino do país “com base em evidências e foco na melhoria da Educação Básica” (Todos Pela Educação, 2021). Ainda de acordo com o Todos, o projeto tem quatro objetivos: “tangibilizar as propostas técnicas do Todos Pela Educação; mostrar que há boas políticas públicas sendo feitas; valorizar os gestores e as secretarias que implementam boas práticas; e influenciar a tomada de decisão dos gestores públicos” (*Ibidem*). Assim, o primeiro passo da iniciativa foi levantar informações nas secretarias estaduais de educação e na imprensa sobre ensino híbrido, busca ativa, acolhimento e avaliação/recuperação de aprendizagem. Os temas selecionados pelo Partido da Educação são aqueles que recomendam observar a curto prazo para diminuir os impactos da pandemia na educação básica. A pesquisa da entidade identificou sete redes estaduais que se adequaram aos parâmetros dos temas: Amazônia, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (*Ibidem*).

Como resultado do projeto, podemos citar a série de reportagens *Tem no-*

tícia boa na Educação Pública na CNN Brasil⁷ e, também, reportagens produzidas por outros veículos de imprensa, notadamente a TV Globo e a Rádio CBN. Além dos produtos para os grandes meios de comunicação, identificamos o programa *Lições que ficam*, série de cinco episódios de podcast ligado ao perfil do Todos Pela Educação. A série busca demonstrar “boas práticas” de educação durante a pandemia. O primeiro e o quarto episódios tratam da busca ativa, primeiro no Maranhão e depois no Ceará. O segundo e o quinto debatem o sistema híbrido no Paraná e em Minas Gerais. E o terceiro versa sobre avaliação diagnóstica em Pernambuco. É interessante notar que nos cinco episódios os analistas são sujeitos organizados no Todos Pela Educação, como Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo; Ivan Gontijo, coordenador de projetos; Lucas Hoogerbrugge, líder de Relações Governamentais; Priscila Cruz, presidente-executiva; Gabriel Corrêa, líder de Políticas Educacionais (Todos Pela Educação, 2021).

O movimento empreendido pelo Partido da Educação durante a pandemia demonstra, por um lado, uma de suas estratégias desde os tempos iniciais: o de se colocar como o sujeito coletivo, por excelência, especialista da educação no Brasil. Por outro lado, percebemos a saída de quadros do movimento do Estado restrito no governo Bolsonaro. Assim, essa iniciativa das diretrizes para a educação em tempos de pandemia ocorre em um momento de perda de sua hegemonia frente à sua relação íntima com o governo federal.

Considerações finais

A pesquisa aqui empreendida verificou uma mudança na relação entre o Todos Pela Educação e o Estado brasileiro, principalmente após a eleição presidencial de Jair Bolsonaro, mais notadamente uma perda de espaço do Todos no Ministério da Educação e em seu órgão formulador, o CNE. Aqui, fizemos uma análise do ponto de vista quantitativo. Um aprofundamento qualitativo das resoluções e pareceres do Conselho neste mesmo recorte temporal é fundamental.

É importante também destacar que o Todos Pela Educação pauta o debate público brasileiro atual, então, a perda de espaço no Conselho não significa necessariamente uma perda de expressão no cenário nacional, tanto pela sua estratégia de comunicação na chamada grande mídia, quanto pela organicidade do Partido da Educação em prefeituras, secretarias estaduais de educação e em outras organizações da sociedade civil. Além disso, as principais pautas do TPE (como a Base Nacional Comum Curricular e a Contrarreforma do Ensino Médio) já são hoje políticas públicas em vigor. A mudança apontada por nossa pesquisa

⁷ Os vídeos estão disponíveis no *site* do TPE e podem ser assistidos por este link: <<https://todos-pelaeducacao.org.br/educacao-que-da-certo/>>. Acesso em 03 de out. de 2021.

visa apontar para o futuro, posto que ela pode significar uma reorientação das diretrizes e do projeto educacional do TPE para a educação pública no Brasil.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação, s/d. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/cne-quem-e-quem>>. Acesso em 26 de jan. de 2021.
- BOLSONARO, J. O Caminho da Prosperidade: Proposta de Plano de Governo. 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- COLEMARX. *Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social*: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas, 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-vers%C3%A3o-final-b-1.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2021.
- CONSED/UNDIME, *Nota de repúdio*: critérios do governo para composição do CNE, 10/07/2020. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/2434>. Acesso em 29 de dez. de 2021.
- ESCOLHA de Bolsonaro para Educação causa crise com bancada evangélica. *Folha de São Paulo*, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/escolha-de-bolsonaro-para-educacao-causa-crise-com-bancada-evangelica.shtml>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. 2ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5. O risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.
- HERDADE, L. “Todos pela Educação? Classe dominante e poder frente à pandemia”. In: LAMOSA, Rodrigo (org). *Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada*. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020, p.47-53. Disponível em: <https://liepe.amandy.com.br/assets/data/files/Classe_dominante_e_educacao_em_tempos_de_pandemia_uma_tragedia_anunciada4.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2021.
- LAMOSA, R. “A nova ofensiva do capital na América Latina: Todos Pela Educação?” In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>>. Acesso em 20 de maio de 2021.

- MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. (2018). “Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento “Todos Pela Educação””. *Revista Portuguesa De Educação*, 31(1), 4–20, 2018. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674>>. Acesso em 20 de maio de 2021.
- MOURA, J.; MARIZ, R. “Presidente nomeia bolsonaristas e olavistas para Conselho Nacional de Educação”. *Jornal O Globo*. 2020 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/presidente-nomeia-bolsonaristas-olavistas-para-conselho-nacional-de-educacao-1-24525514>>. Acesso em 23 de maio de 2021.
- MOVIMENTO PELA BASE. *Conheça a nova composição do CNE*, 2018 Disponível em: <<https://movimentopelabase.org.br/acontece/conheca-nova-composicao-do-cne>>. Acesso em 23 de maio de 2021.
- NASCIMENTO, L. “Professora Maria Helena Guimarães de Castro assume CNE”. *Agência Brasil*. 07/10/2020 Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-10/professora-maria-helena-guimaraes-de-castro-assume-cne>>. Acesso em 23 de maio de 2021.
- PASSARINHO, N. “Eleições 2018: As falhas nos programas de Bolsonaro e Haddad, segundo especialistas em educação”. *BBC* 2018 Disponível: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45904146>>. Acesso em 19 janeiro de 2022.
- POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- TEXIER, J. “Sociedade civil” In: LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dicionário Gramsciano* (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017, p. 734.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação Já: uma agenda para o Brasil, s/d. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/educacao-ja/#:~:text=Criado%20em%202018%2C%20o%20Educa%C3%A7%C3%A3o,concretas%20em%20sete%20temas%20estruturantes>>. Acesso em 19 janeiro de 2022.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação Já – um salto de qualidade e equidade na educação, 2020e*. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-mais-educacao-ja/>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação em Pauta – Educação Infantil – Alessio Costa Lima*, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GstryO19p3g>>. Acesso em 19 Janeiro 2022.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Diálogos #Educaçãojá: O que os candidatos à presidência pensam sobre educação, 2018a*. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/dialogos-educacao-ja-candidatos-presidencia-pensam-sobre-educacao/>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Planos de governo x educação já, conheça propostas dos candidatos, 2018b*. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/planos-de-governo-x-educacao-ja-conheca-propostas-dos-candidatos/>>. Acesso em 19 janeiro 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Ensino a distância na educação básica frente à pandemia covid-19: análise e visão do Todos Pela Educação sobre a adoção de estratégias de ensino remoto frente ao cenário de suspensão provisória das aulas presenciais*, 2020a. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/todos_pela_educacao/nota_tecnica_ensino_a_distancia_todospelaeducacao_covid19.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da covid-19: Contribuições do Todos Pela Educação para qualificar o debate público e apoiar os gestores frente ao futuro processo de reabertura das escolas*, 2020b. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/433.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação já municípios: recomendações para o plano de reabertura das escolas nas novas gestões municipais*, 2020c. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/12/Recomendacoes_VoltaasAulas_TodosPelaEducacao_dez2020.pdf>. Acesso em 03 de out. de 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Webinário com CNE discute regulação e gestão educacional durante a pandemia*, 2020d. Disponível em : <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/webinario-com-cne-discute-regulacao-e-gestao-educacional-durante-pandemia/https://todospelaeducacao.org.br/noticias/webinario-com-cne-discute-regulacao-e-gestao-educacional-durante-pandemia/>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Lições que ficam da pandemia na educação pública*, 2021. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/licoes-que-ficam-da-pandemia-na-educacao-publica/>>. Acesso em 03 de out. de 2021.

VENTURA, J. “A trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores”. In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (org.). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Líber, Rio de Janeiro: Eduff, 2011, p. 57-97.

VIEIRA, S.; FARIAS, I. de. *Política Educacional no Brasil: Introdução Histórica*. Brasília: Liber Livro, 2007.

Recebido em 6 de outubro de 2021

Aprovado em 5 de janeiro de 2022